

A ONTOLOGIA TRACTATIANA

Tractatian ontology

Cícero Antônio Cavalcante Barroso *

Resumo: Em sua primeira grande obra publicada, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein expõe ideias que abrangem os mais diferentes ramos da pesquisa filosófica. Uma parte dessa exposição consiste em uma descrição minuciosa dos elementos, estruturas, propriedades e relações fundamentais, que constituem a realidade, e do modo como os conceitos relativos a esses constituintes se articulam para formar uma teoria geral do mundo, isto é, uma ontologia. Neste artigo, faço uma análise dos principais conceitos da ontologia tractatiana, quais sejam os conceitos de mundo, fato, estado de coisas e objeto, bem como de outros conceitos afins. Meu objetivo com isso é mostrar que a ontologia do *Tractatus* possui qualidades teóricas que precisam ser valorizadas por si mesmas, independentemente das aplicações que seus conceitos encontraram na fundamentação da teoria da linguagem wittgensteiniana.

Palavras-chave: Wittgenstein, mundo, fatos, estados de coisas, objetos.

Abstract: In his first major published work, the *Tractatus Logico-Philosophicus*, the Austrian philosopher Ludwig Wittgenstein exposes ideas covering the most different branches of philosophical inquiry. Part of this exposition consists of a detailed description of the fundamental elements, structures, properties and relations that constitute reality, and of how the concepts related to these components fit together to form a general theory of the world, i.e., an ontology. In this article, I review the main concepts of the Tractatian ontology, namely, the

* Professor adjunto da Universidade Federal do Ceará no Cariri e pesquisador da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Artigo submetido a avaliação no dia 16/07/2012 e aprovado para publicação no dia 24/10/2012.

concepts of world, fact, state of affairs and object, as well as other similar concepts. My aim is to show that the ontology of *Tractatus* has theoretical qualities that are to be valued for themselves, regardless of the applications that its concepts have encountered in the fundamentals of Wittgensteinian language theory.

Keywords: Wittgenstein, world, facts, states of affairs, objects.

Introdução

No prefácio do seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, Ludwig Wittgenstein escreve o seguinte: “Poder-se-ia apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: em geral o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar”. Ao desfiar os vários aforismos do *Tractatus*, foi exatamente isso que o filósofo austríaco tentou provar. Um passo significativo é dado quando ele descreve o domínio do dizível. Esse domínio coincide com o que ele chama de “mundo”, a totalidade dos fatos; sua descrição apresenta-se na forma de uma ontologia ricamente estruturada, com conceitos fortemente articulados uns com os outros, e também com os conceitos da teoria da linguagem tractatiana. Neste artigo, proponho dar alguns esclarecimentos sobre esses conceitos ontológicos engendrados no *Tractatus*. Pode-se alegar que, uma vez que o propósito do primeiro Wittgenstein era traçar uma linha demarcatória entre o que pode e o que não pode ser dito, seu trabalho filosófico inicial se caracteriza incontestavelmente por uma preocupação insistente com o poder representacional da linguagem e, por isso, considerações a respeito da ontologia do *Tractatus* são indissociáveis de considerações a respeito de sua teoria da linguagem. Em todo caso, até onde for possível, tentarei me limitar à elucidação dos conceitos ontológicos do *Tractatus*, quais sejam, os conceitos de *mundo*, *fato*, *estado de coisas*, *objeto* e outros similares. Nos parágrafos seguintes, desejo evidenciar que esses conceitos são importantes por seu próprio mérito e que, apesar das aparências em contrário, eles formam um todo coerente que ainda hoje pode nos oferecer importantes *insights*.

O mundo

Segundo Wittgenstein, “o mundo é tudo o que é o caso” (“Die Welt ist alles, was der Fall ist”)¹. Deve-se desde já ter claro que “o que é o caso” (tradução de Luis. H. L. dos Santos) ou “o que ocorre” (tradução de J. A. Giannotti) é algo que poderia não ser o caso, poderia não ocorrer. Em

¹ TLP I.

outras palavras, deve ser algo contingente. Com efeito, o uso que o próprio Wittgenstein faz da expressão “was der Fall ist” no aforismo 2.024 parece sugerir a ideia de contingência. Ali, a expressão aparece para designar algo que é contrastado com a chamada “substância do mundo”, a qual, nos aforismos seguintes, é descrita como sendo necessária, imutável e incondicionada. O mundo então é delineado por Wittgenstein como algo que não tem nenhuma dessas qualidades.

Em primeiro lugar, deve-se notar que o que ocorre, ocorre de forma contingente e, portanto, poderia nem ocorrer. Por exemplo, ocorre que o ouro é um bom condutor elétrico, mas isso não é necessário, pois as propriedades dos metais não são logicamente necessárias². O mundo não é como é porque deva ser assim, mas porque assim ocorre, e o que ocorre é acidental. Em segundo lugar, deve-se observar que a totalidade do que ocorre está em constante mutação. As ocorrências têm em geral começo e fim, ou pelo menos é certo que o que ocorre pode passar. O mundo do *Tractatus* é dinâmico, não é uma totalidade fechada, ele está sujeito a mudanças³. Além disso, deve-se notar que na proposição 1 o verbo ocorrer não está conjugado em um tempo indeterminado, tal como está conjugado o verbo morrer em “os homens morrem”, que é diferente de “estes homens estão morrendo”, ou seja, Wittgenstein não está dizendo que o mundo é tudo aquilo que costuma ocorrer ou que geralmente ocorre – o mundo é tudo o que efetivamente está ocorrendo agora, o que significa que, para instantes diferentes, há mundos diferentes. Em terceiro e, talvez, mais importante lugar, deve-se levar em conta que uma ocorrência é uma situação possível, isto é, uma ocorrência é a atualização de uma possibilidade, o resultado de um lance no jogo de possibilidades que precede a efetivação de tudo o que ocorre. Infere-se assim que tudo o que há no mundo só é como é porque pode ser, em outras palavras, há um conjunto de possibilidades que condiciona a realização das ocorrências mundanas. Essas possibilidades são dadas por aquilo que Wittgenstein chama de “substância do mundo”. É o conjunto dos átomos ontológicos que torna possíveis as diferentes configurações do mundo. Com essas observações, ficam evidenciadas as principais implicações da contingência do mundo.

² Pode-se argumentar que “ $1+1=2$ ” descreve algo que ocorre e que, não obstante, não poderia deixar de ocorrer. Mas, na verdade, para Wittgenstein, as proposições da matemática, como as proposições da lógica, não descrevem nada (cf. TLP 6.21). Nesse sentido, pode-se dizer que o mundo não inclui fatos matemáticos ou lógicos.

³ É bom notar que, a rigor, não é próprio dizer que o mundo é mutável, na verdade o mundo é evanescente, ou seja, não é o mesmo mundo que muda constantemente, e sim incontáveis mundos que se sucedem em intervalos de tempo infinitamente pequenos. A sutileza da segunda qualificação faz-me optar pelo adjetivo “mutável”, que é mais intuitivo e caracteriza, tanto quanto o adjetivo “evanescente”, a transitoriedade do mundo.

Mas, afinal, porque é importante que o mundo possua esse caráter contingente, vale dizer, esse caráter de casualidade, mutabilidade e condicionamento? Duas coisas precisam ser ditas aqui. Em primeiro lugar, não é apenas importante que o mundo tenha tais e tais características, ou seja, Wittgenstein não sugere essa descrição do mundo apenas porque ela fornece uma base heurística mais fértil para suas teses posteriores. Para Wittgenstein, o mundo é mesmo assim; se o fato de o mundo ser assim explica com perfeição o funcionamento básico da linguagem, melhor ainda. Em segundo lugar, deve-se notar que, ao acentuar o caráter *contingente* do mundo, Wittgenstein abre caminho para sua teoria da linguagem. Ora, para ele, há uma espécie de paralelismo entre mundo e linguagem. De certa forma, os valores vero-funcionais das proposições são também atualizações de possibilidades. Da mesma forma que a verdade de cada proposição anula a verdade simultânea da proposição que a contradiz, também no mundo, algo pode ocorrer ou não, mas não ambas as coisas simultaneamente. Tais afirmações podem dar a ideia de que o modo de ser das proposições é a causa de Wittgenstein descrever o mundo tal como ele efetivamente faz. Essa é uma inferência plausível, mas, a rigor, não é isso que Wittgenstein acentua; nem o contrário. Na verdade, não há no *Tractatus* nenhuma tentativa de demonstrar quem é antecedente e quem é consequente, quem possui as propriedades originárias e quem possui as propriedades derivadas, se o mundo ou se a linguagem. O que há no *Tractatus* são indicações fortes de que tanto o mundo quanto a linguagem derivam as suas propriedades de uma estrutura lógica comum.

Os fatos

Wittgenstein chama as ocorrências de “fatos” (“Tatsachen”). Dizer que o mundo é tudo o que ocorre equivale a dizer que o mundo é composto de fatos. É isso que Wittgenstein declara no aforismo 1.2: “O mundo resolve-se em fatos”. O que isso significa? Que os fatos constituem o limite da análise mundana? Que fatos são indecomponíveis? Não, não é isso. Como veremos adiante, os fatos são passíveis de análise, ou seja, fatos são complexos. Não obstante, os fatos são os elementos básicos nos quais o mundo se resolve. A afirmação de que o mundo se resolve em fatos se justifica por duas razões. A primeira é a exigência lógica de que o mundo deve ser descritível. O que quero dizer com isso é o seguinte: no sentido *tractatiano*, só pode ser descrito o que é complexo. Uma vez que, como se verá, as “coisas” não são complexas, se o mundo fosse a totalidade das coisas e não dos fatos, não seria possível descrever o mundo, pois seus elementos básicos seriam indescritíveis. De fato, essa questão de só ser descritível o que é complexo, lembra o problema da definição dos elementos simples apresentado por Sócrates no *Teeteto*. Ali, Sócrates afirma que definir é

analisar, isto é, decompor; mas os elementos que resultam da análise devem também ser definidos, vale dizer, decompostos. Se a análise deve ter um fim, esse fim chegará com a determinação de elementos simples e, portanto, indefiníveis. Ora, o mesmo Sócrates estabelecera de antemão que sem definição não há conhecimento. Como então posso definir algo com base em elementos indefiníveis? Seria o mesmo que querer montar um quadro com um quebra-cabeça de peças brancas. Sócrates não considera, como Wittgenstein, que há coisas que se mostram, apesar de não poderem ser descritas⁴. Fatos devem poder ser descritos, seus constituintes simples, por outro lado, não podem, apesar de se mostrarem nos fatos, por isso é dito que o mundo se resolve em fatos. É fazendo dos fatos as estruturas básicas do mundo que Wittgenstein faz do mundo algo essencialmente passível de representação, vale dizer, de descrição. Deve-se, porém, observar que Wittgenstein não faz da necessidade de representabilidade do mundo a *causa* pela qual ele indica os fatos como elementos constituintes do mesmo. As duas coisas estão conectadas, mas não ligadas por uma relação de implicação. Aqui entra a segunda razão pela qual os fatos são tomados como constituintes básicos do mundo. Na verdade, os fatos são tais como Wittgenstein os declara, porque há neles algo que lhes confere certa unidade essencial, eles não são constituídos simplesmente pela justaposição de seus constituintes, eles têm algo mais, algo que não pode ser incluído entre os seus elementos constitutivos, e que, no entanto, tem a ver com o modo pelo qual esses elementos se ligam; e é esse algo mais que, a um só tempo, lhes dá essa feição de unidades estruturantes do mundo, e que permite que o mundo seja descrito. Esse algo é a *forma lógica*, é ela que possibilita que os elementos constitutivos dos fatos se relacionem. Nesse sentido, o mundo é a totalidade dos fatos por não ser apenas um amontoado de coisas, o mundo é composto de coisas relacionadas, e as coisas ao se relacionarem constituem os fatos.

Os estados de coisas

Há no *Tractatus* uma evidente diferença entre fatos e estados de coisas ("Sachverhalten"), resta explicar em que ela consiste. Três explicações principais dividem os intérpretes do *Tractatus*. Alguns desses intérpretes entendem que a diferença consiste em que os estados de coisas são fatos atômicos, isto é, fatos que não incluem propriamente nenhum outro fato, enquanto que os fatos em geral são combinações de estados de coisas. A despeito dessa diferença, esses intérpretes asseguram que todos os fatos são atuais, portanto, também, os fatos atômicos, isto é, os estados de coisas

⁴ Cf. TLP 4.1212.

(atualismo). Outros defendem a tese de que a diferença consiste em que os estados de coisas são só potencialidades enquanto que os fatos são atuais (possibilismo puro). Outros ainda postulam uma interpretação que mistura elementos das duas primeiras, afirmando que estados de coisas podem ser tanto atuais (e nesse caso serão atômicos) como potenciais, enquanto que fatos só podem ser atuais (possibilismo misto). Como se vê, o que distingue cada uma dessas interpretações é uma determinada posição quanto à potencialidade/atualidade dos estados de coisas. Nos parágrafos seguintes, farei uma análise dessas três posições.

O aforismo 2 pode ser um ótimo ponto de partida para emprendermos a nossa investigação acerca da natureza dos estados de coisas. Diz ele: “O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”. O que podemos inferir dessa declaração? Ela não equivale à afirmação de que fatos são constituídos de estados de coisas que existem? Ela também passa a idêntica de que estados de coisas que não existem não entram na constituição dos fatos. Mas uma segunda questão deve ser colocada após essa: estados de coisas que não existem são ainda estados de coisas? Uma casa que não existe é uma casa? Seria uma casa muito engraçada como aquela da música? Será que estados de coisas não existentes são apenas potencialidades? Mas o que significa dizer que algo é apenas uma potencialidade? Vejamos se as explicações de um possibilista podem nos aliviar dessas dúvidas. Depois de considerarmos tais explicações deveremos ser capazes de responder a uma questão que será crucial: todos os estados de coisas fazem parte da constituição do mundo? Respondida essa questão, o aforismo 2 estará esclarecido e, conseqüentemente, o conceito de estado de coisas.

Entre os possibilistas puros, ou seja, entre aqueles que entendem que estados de coisas são só possibilidades de fatos e que fatos são atualidades, isto é, estados de coisas ou agrupamentos de estados de coisas que passaram da potência ao ato, está Hans-Johann Glock. Apesar do mesmo não representar a totalidade dos possibilistas, as considerações que farei acerca da sua posição, creio, serão suficientes para nos permitir fazer um juízo minimamente competente da tese possibilista como um todo. No *Dicionário Wittgenstein*, Glock afirma: “Uma combinação possível de coisas é um estado de coisas; a existência de uma tal combinação é um fato”⁵. Devemos esclarecer, em primeiro lugar, que a expressão “uma combinação possível”, no sentido em que é empregada por Glock, significa o mesmo que “uma possibilidade de combinação”⁶. Assim, segundo Glock, e grande parte dos possibilistas, o fato é a combinação efetiva, enquanto que o estado de coisas é a mera possibilidade da combinação, ou seja, os

⁵ GLOCK. 1997. p.26.

⁶ O esclarecimento é necessário pois há combinação possível que é atual, e o que é mais forte, toda combinação atual é possível. Logo adiante voltarei a explorar essa distinção.

estados de coisas seriam apenas possibilidades de fatos. Em outra parte do *Dicionário de Wittgenstein*, ele tenta justificar sua interpretação. Examinemos, pois, essa parte mais atentamente.

Em primeiro lugar, Glock procura justificar a tese de que estados de coisas são possibilidades de fatos, dizendo o seguinte:

[...] Há também indícios de que a diferença entre estados de coisas e fatos está na diferença entre o que possivelmente é o caso e o que de fato é o caso. O *Tractatus* aplica termos como “possível” e “não existente” a estados de coisas e situações (“*Sachlagen*”), mas nunca a fatos (TLP 2.012 e segs., 2.06, 2.202 e seg., 3.11)⁷.

Note-se que aqui aparece algo novo: a *situação*; cumpre, portanto, verificar em que consiste o conceito de situação, talvez isso nos ajude a entender melhor o conceito de estado de coisas. Em todo caso, o cerne do argumento de Glock é que há um indício que pode nos levar à compreensão da diferença entre estados de coisas e fatos, e que esse indício está relacionado aos predicados que geralmente acompanham os termos “estado de coisas” e “situação” no *Tractatus*, pois esses predicados indicariam que tanto estados de coisas como situações não passam de potencialidades, enquanto que um fato é sempre uma atualidade. Examinemos então esses dois pontos: (a) a questão da importância do conceito de “situação” para o esclarecimento dos conceitos de “fato” e “estado de coisas” e (b) a questão do significado dos termos associados a cada um desses conceitos.

Em primeiro lugar, há que se examinar a questão (a). Segundo Glock, alguns intérpretes consideram que o termo “situação” indica um arranjo possível de estados de coisas, correspondendo assim à proposição molecular. Contudo, as passagens que o comentador cita para fundamentar essa interpretação, pelo menos em parte, não parecem justificar sua posição. Uma delas está no aforismo 2.11 e diz o seguinte: “A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas”. Ainda que admitamos que neste aforismo a situação é caracterizada como um complexo de estados de coisas, não há nada nele que remeta a um pretenso caráter potencial da situação, a não ser que já se parta da suposição de que estados de coisas são potencialidades. Pode-se argumentar de forma semelhante para todos os outros aforismos que mencionam o termo “situação”. Na verdade, é mais fácil encontrar nesses aforismos motivos para defender a atualidade das situações do que o contrário. Efetivamente, a potencialidade das situações é defendida com base nos mesmos argumentos que provariam a potencialidade dos estados de coisas, isto é, com base na adjetivação do termo “situação”. Vê-se então que é inteiramente inútil tentar explicar o que são estados de

⁷ GLOCK, 1997, p. 159.

coisas apelando para o conceito de situação. Destarte, a questão acerca da importância do conceito de situação para a elucidação do conceito de estado de coisas está respondida: ela é nenhuma. Mas o que são afinal situações? Por enquanto diremos apenas que entre os vários aforismos em que aparece o termo “situação”, há aqueles nos quais o termo é usado da mesma forma como o termo “estado de coisas” (comparar TLP 2.012 com os seguintes), e há aqueles em que o termo é usado da mesma forma como o termo “fato” (comparar TLP 2.1 e 2.11). Depois de esclarecermos a diferença entre estados de coisas e fatos saberemos por que isso acontece. Passemos agora para a questão (b).

“Possível” e “não existente” são os termos citados por Glock como termos aplicados apenas a estados de coisas e situações. De fato, há que se concordar que, no *Tractatus*, os termos “possível” e “não existente” não são usados diretamente como predicados do termo “fato”, mas só isso não prova nada. Antes de qualquer outra coisa, devemos verificar se a interpretação que Glock apresenta é consistente ou não, e depois, conforme o verificado, poderemos dizer como deve realmente ser interpretado o uso que Wittgenstein faz desses termos. Começemos pelos casos em que o termo “possível”, ou algum termo equivalente, aparece relacionado ao termo “estados de coisas”.

No aforismo 2.0124, lê-se: “Dados todos os objetos, com isso estão dados também todos os *possíveis* estados de coisas”. Não nos interessa no momento o sentido completo deste aforismo (até porque o conceito de objeto ainda não foi discutido). Consideremos somente a expressão “possíveis estados de coisas”. “Possível” é um dos termos para os quais Glock chama à atenção. Mas será que tal expressão indica que estados de coisas são meras possibilidades de fatos? Parece que indica exatamente o contrário. Ora, há pelo menos três problemas em interpretar a expressão “possíveis estados de coisas” como Glock o faz. Em primeiro lugar, se estados de coisas fossem possibilidades de fatos, então não haveria razão para Wittgenstein falar de “possíveis estados de coisas”, seria uma redundância, seria o mesmo que falar de “possíveis possibilidades de fatos”. Mas concedamos que nesse caso a redundância não é viciosa, suponhamos que ao dizer “possíveis estados de coisas”, Wittgenstein quis dizer apenas “possibilidades de estados de coisas”. Nesse caso, surge outro problema para a interpretação de Glock. Possibilidades de estados de coisas são estados de coisas? Uma resposta afirmativa a essa pergunta seria bastante problemática. Será que eu posso chamar de “vitória” a possibilidade de vitória? Parece óbvio que não, seria o mesmo que chamar de prefeito o candidato à prefeitura. Mas, digamos que não foi isso que Wittgenstein quis dizer. Digamos que ele quis dizer apenas o seguinte: “ao serem dados todos os objetos, dão-se também todos os estados de coisas”. Seria fácil de mostrar que “todos os estados de coisas” equivale a “todas as possibilidades de combinações de objetos”. Nesse caso, porém, devemos convir que seria uma virada inesperada no argumento de Glock. Lembremos que o núcleo do argumento era que o uso

da palavra “possível” justificava a tese de que estados de coisas são simples potencialidades. Seria pois muito estranha a conclusão de que, ao usar o adjetivo “possível”, Wittgenstein queria dizer algo que seria melhor dito sem o emprego do tal adjetivo. Desse modo, vemos que, em pelo menos uma dessas três dificuldades apresentadas, o argumento de Glock esbarra irremediavelmente. Verifiquemos então se ele se sai melhor quando dá como indicio da potencialidade dos estados de coisas o fato de Wittgenstein empregar o adjetivo “inexistente” para qualificar o termo “estado de coisas”.

A análise do aforismo 2.06, um dos aforismos que foram citados por Glock (e também um dos mais desafiadores do *Tractatus*), nos auxiliará nesta verificação. Na segunda parte daquele aforismo Wittgenstein declara: “À existência de estados de coisas, chamamos também um fato positivo; à inexistência, um fato negativo”. Nesta passagem podemos identificar algo que nos interessa de imediato. O termo “inexistência” aplica-se a estados de coisas, mas, por extensão, está vinculado a um fato negativo. Ora, mesmo estando vinculado a um termo tão forte como “inexistência”, um fato negativo continua sendo um fato, e, por definição, é algo que é o caso (a aparente contraditoriedade do conceito de fato negativo será discutida logo adiante). Nessa passagem ficam claras duas coisas que enfraquecem a posição de Glock. Em primeiro lugar, vemos que, se não se aplica *diretamente* a fatos, o termo “inexistência” está claramente relacionado com um tipo de fato — o fato negativo. Em segundo lugar, e precisamente pelo motivo de estar relacionado com um tipo de fato, o termo “inexistência” não pode ser tomado como indicativo de algo que só existe virtualmente.

Mas poder-se-á argumentar que o significado do termo “inexistência” é muito claro e que, quando se fala de um estado de coisas inexistente, fala-se de algo que não existe no mundo. Essa posição parece ser apoiada, por exemplo, pelas proposições 2.04 e 2.05 onde se lê respectivamente: “A totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo” e “A totalidade dos estados existentes de coisas também determina que estados de coisas não existem”. Os aforismos parecem dizer claramente que os estados de coisas inexistentes não fazem parte do mundo. Mas se não fazem parte do mundo, como é que podemos explicar a primeira parte do aforismo 2.06 quando lido em conjunto com o aforismo 2.063? Esses dois aforismos dizem respectivamente: “A existência e inexistência de estados de coisas é a realidade” e “A realidade total é o mundo”⁸.

⁸ Deve-se entender “realidade” como designativo de qualquer subconjunto do mundo. Um aforismo que parece apoiar essa interpretação é o seguinte: “A realidade é comparada com a proposição” (TLP 4.05) — uma vez que não se pode comparar a proposição com todos os fatos do mundo, esse aforismo fornece evidência de que o termo “realidade” designa uma certa porção do mundo, um subconjunto do mundo. Por outro lado, a realidade inteira, i.e., o mundo, é a reunião de todos esses subconjuntos. Ora, se algum subconjunto de A contém b, então A também contém b, por isso, se algum subconjunto da realidade contém estados de coisas inexistentes, a realidade inteira os contém.

Quando lidos em conjunto esses dois aforismos parecem sugerir que os estados de coisas inexistentes fazem parte do mundo. O que fazer agora em face dessas quatro últimas citações? Como harmonizá-las? Parece que estamos de fato diante de uma aporia – afinal, estados de coisas inexistentes fazem ou não fazem parte do mundo? Se a resposta for “não”, ficamos sem poder explicar o aforismo 2.06 que diz claramente que fatos negativos pertencem à realidade. Se a resposta for “sim”, então passamos a ter problemas com o aforismo 2.04. Parece que a única solução é admitirmos que o termo “inexistência” tem duas acepções no *Tractatus*. Vejamos se podemos justificar essa hipótese.

No aforismo 2.032, Wittgenstein define: “A maneira como os objetos se vinculam no estado de coisas é a estrutura do estado de coisas”. Pode-se concluir, por esse aforismo, que não há apenas um único modo dos mesmos objetos se relacionarem, ou seja, os mesmos objetos podem dar origem a mais de uma estrutura. Note-se também que, no aforismo 2.01, Wittgenstein define o estado de coisas como uma ligação (“*Verbindung*”) de objetos. A estrutura de um estado de coisas é, portanto, o modo como se faz a ligação entre os objetos no estado de coisas. Ora, o que quero sugerir é que o estado de coisas possui algo como uma “bipolaridade”⁹, e que seus polos são constituídos por estruturas simétricas. Assim sendo, seja A um estado de coisas existente e A’ um estado de coisas inexistente. De acordo com o aforismo 2.06, A é um fato positivo e A’ um fato negativo¹⁰. Em razão disso, chamo de estrutura positiva a estrutura de A e de estrutura negativa a estrutura de A’. Nesse sentido, pode-se dizer que se a estrutura de um estado de coisas é positiva ele é existente, e se sua estrutura é negativa ele é inexistente. Uma estrutura positiva é uma ligação associativa e uma estrutura negativa é uma ligação dissociativa, mas, em ambos os casos, há uma ligação entre as mesmas coisas, ou seja, algo de idêntico permanece entre A e A’¹¹. A noção de ligação dissociativa pode parecer um oxímoro, mas isso só acontece se entendermos a palavra “ligação” no sentido de “conexão”, o que geralmente se faz. “Ligação” também pode ser entendida no sentido de “relação”, o que também vale para o alemão, como em “*in Verbindung bringen*”, que significa “relacionar”. De fato, esse parece ser o sentido em que Wittgenstein entende o verbo “*verbunden*”, como se vê nesse trecho do aforismo 4.4661: “É certo que também na tautologia e na contradição os sinais se mantêm ligados

⁹ O termo “bipolaridade” pretende evidenciar o fato de que uma estrutura de estados de coisas mantém sempre uma relação de simetria com outra estrutura. A um dos membros da relação chamo estrutura positiva e ao outro, estrutura negativa, como se vê no quadro 1.

¹⁰ Deve-se ter em mente, todavia, que essa distinção é um tanto arbitrária. Não há existência e inexistência absolutas, cada uma é definida em função da outra.

¹¹ Os símbolos A e A’, apesar do inconveniente de parecerem nomes de estados de coisas, o que não é próprio, são mais convenientes do que outros símbolos para representar o que quero. O fato dos símbolos “A” e “A’” terem em comum a mesma letra “A” deve indicar que as estruturas de A e A’ são geradas a partir da mesma forma lógica (cf. 2.033).

uns aos outros (“mit einander verbunden”), isto é, mantêm *relações* uns com os outros...” (os grifos são meus). No aforismo 2.031, logo depois de comparar o estado de coisas a uma cadeia em que os elos se encontram *ligados* uns aos outros, Wittgenstein declara que o estado de coisas é caracterizado pelo modo como seus elementos se *relacionam* entre si ¹². Dessa forma, uma ligação dissociativa nada mais é que uma relação dissociativa, como a que há entre o elemento *b* e o conjunto *B* na expressão “*b* ∈ *B*”. Isso posto, deixe-me tentar dar uma noção intuitiva do que quero expressar quando digo que a estrutura de um estado de coisas tem uma “bipolaridade”. O quadro abaixo representa os estados de coisas *A* e *A'*, e suas respectivas estruturas:

Quadro 1

- | |
|--|
| <p>(1) <i>A</i> tem uma estrutura positiva sss há uma ligação associativa entre <i>a</i> e <i>b</i> (<i>a</i> → ← <i>b</i>)</p> <p>(2) <i>A</i> tem uma estrutura negativa sss há uma ligação dissociativa entre <i>a</i> e <i>b</i> (<i>a</i> ← → <i>b</i>)</p> |
|--|

É interessante notar que, de acordo com o quadro acima, tanto *A* como *A'* são, cada um por seu turno, ocorrências atuais. Efetivamente, é o caso que *a* e *b* estão associados em (1) e é o caso que *a* e *b* estão dissociados em (2), ou seja, *A* é algo que é o caso e *A'* também é algo que é o caso. As relações no quadro nos levam a concluir assim que estados de coisas são fatos, sejam eles existentes ou não. E, na verdade, dada essa interpretação, não há como negar que um estado de coisas inexistente é algo que efetivamente ocorre, tanto que na proposição 2.06 Wittgenstein o chama de “fato negativo”, ou seja, algo que ocorre de forma negativa, ao passo que o estado de coisas existente é chamado de “fato positivo”, ou seja, algo que ocorre positivamente. Mas isso não acaba com todas as dificuldades. Fato não é só o que ocorre, conforme o aforismo 2, ele também é a existência de estados de coisas. Logo, se um estado de coisas inexistente é um tipo de fato, ele deve ser também algo que existe. Mas como é possível ao inexistente existir?

¹² Na verdade, quando Wittgenstein diz que os estados de coisas são como cadeias, tudo o que ele pretende é mostrar que os elementos que nele estão ligados, se ligam por si mesmos, sem necessidade de um cimento ontológico. Com isso marca sua discordância do atomismo que Russell professava na época, segundo o qual as relações também são átomos ontológicos.

Mais uma vez o quadro 1 pode lançar luz sobre esses últimos resultados que viemos de concluir. Dele pode-se inferir que não pode ser o caso que A e A' , isso porque é intuitivo que as coisas não podem estar associadas e dissociadas ao mesmo tempo. Além disso, pode-se deduzir, pelo fato das estruturas serem simétricas, que se A não é o caso então A' é o caso e se A' não é o caso então A é o caso. Ora, o que significa dizer que um estado de coisas não é o caso, isto é, que um estado de coisas não ocorre? Significa que ali onde se pretendia haver uma ligação não há ligação nenhuma e, portanto, nenhuma estrutura. Só há estrutura, isto é, um estado de coisas só pode ser existente ou inexistente se ele ocorre. Em contrapartida, dizer que um estado de coisas possui certa estrutura é o mesmo que dizer que ele ocorre. Há, portanto, de um lado, um sentido de "existir" que equivale a "ocorrer", este é o sentido geral do termo, e de outro, um sentido restrito que equivale a "possuir uma estrutura positiva". Percebemos assim que A' é dito inexistente em função do tipo de estrutura que possui (uma estrutura negativa), contudo, pode ser dito existente pelo fato de possuir uma estrutura (mesmo que seja uma estrutura negativa). Por aí vemos que a existência de A' não está no mesmo nível da inexistência de A' , ou seja, concedendo que existência e inexistência sejam tratadas como propriedades, diríamos que a existência de A' está uma ordem acima da inexistência de A' . Algo semelhante acontece com o conjunto vazio. O conjunto vazio existe, em compensação não existem nenhum dos seus elementos. Conclui-se assim que toda a discussão sobre os estados de coisas inexistentes, juntamente com a polêmica gerada pela aparente contradição dos aforismos 2.04, 2.05, 2.06 e 2.063, é suscitada pelo fato de o termo "existir" possuir dois sentidos diferentes no *Tractatus*. Porém é possível, e mesmo necessário, identificar quando Wittgenstein utiliza o termo num sentido ou no outro. Nos aforismos 2.04 e 2.05, por exemplo, o adjetivo "existente" é empregado no seu sentido geral, ou seja, no sentido de "ocorrente", e no aforismo 2.06, ele é empregado no seu sentido restrito, a saber, no sentido de "possuidor de uma estrutura positiva". Procedendo deste modo podemos facilmente chegar à conclusão de que todo estado de coisas é algo que efetivamente existe atualmente.

O primeiro efeito dessa conclusão é que a tese de que estados de coisas são meras possibilidades de fatos cai por terra, e o indício que Glock julgou corroborasse essa tese, a saber, o emprego de termos como "possível" e "inexistente" para qualificar exclusivamente estados de coisas, não tem o significado que se lhe atribuiu. Qual significado teria então? Por que Wittgenstein não fala de fatos possíveis ou inexistentes? Como veremos a seguir, isso se deve ao caráter atômico dos estados de coisas e não a uma pretensa natureza virtual deles. O segundo efeito da conclusão a que chegamos é que, com ela, respondemos também à pergunta do início desta seção positivamente: é verdade que estados de coisas fazem parte da constituição do mundo. De fato, o termo "estado de coisas" já é bastante

revelador. Etimologicamente quer dizer: “como as coisas se comportam entre si”¹³, o que é bem diferente de “como as coisas *podem* se comportar entre si”. Algo semelhante pode ser encontrado na definição tractatiana de estado de coisas. Wittgenstein não afirma que estados de coisas são “ligações possíveis entre objetos”, mas simplesmente que estados de coisas são ligações entre objetos. Além disso, logo adiante, citarei também um trecho de uma carta de Wittgenstein a Russell que deixa evidente a atualidade dos estados de coisas. Tudo isso parece indicar que a tese dos possibilistas está assentada em um mal-entendido linguístico, o qual consiste em interpretar “existir” sempre como “ocorrer”; pelo que são levados a sustentar que um estado de coisas que não ocorre é ainda um estado de coisas.

Mas, agora – pode-se perguntar – como se explica o aforismo 2.04, que diz que “a totalidade dos estados existentes de coisas é o mundo”? Se todo estado de coisas é atual, por que Wittgenstein não diz apenas que o mundo é a totalidade dos estados de coisas? Ora, como foi mostrado acima, o mundo é tudo o que efetivamente está ocorrendo agora. No aforismo 2.04, ele apenas reforça essa ideia. O que ele quer dizer é que o mundo é a totalidade dos estados de coisas que existem neste exato momento, excluídos os estados de coisas que já não existem, como também aqueles que ainda virão a existir. “Existir” está empregado aqui no sentido geral de “estar ocorrendo”.

Da mesma forma que o aforismo 2.04, o aforismo 2 merece um esclarecimento. Por que Wittgenstein diz que o fato é a existência de estados de coisas? Se todos os estados de coisas existem não estará ele sendo redundante? Creio que a forma pleonástica é a única forma de dizer o que o aforismo diz. Se tirarmos o termo “existir” a declaração fica incompleta. O fato não consiste de estados de coisas descontraídos, em outras palavras, o fato não é uma multiplicidade, o fato é uma unidade. Ao dizer “a existência de estados de coisas”, Wittgenstein está dando a entender que o fato é uma unidade, embora composta; o fato é a existência de uma composição de estados de coisas. No mesmo sentido em que comparamos o fato negativo ao conjunto vazio, podemos comparar todo fato a uma classe, e estados de coisas a classes que só têm a si mesmas como subclasses (Note-se, porém, que se trata de uma comparação, não de uma definição). Concluimos assim que, se há pleonismo no aforismo 2, esse pleonismo não é vicioso. Fazendo isso, já adiantamos também algo acerca da questão da atomicidade dos estados de coisas.

Em primeiro lugar, cumpre examinar o que o próprio Wittgenstein disse a respeito dos estados de coisas. Com esse intuito, devemos considerar

¹³ Cf. WITTGENSTEIN, 1968, notas à tradução, nota 2.

a sua carta para Russell, na qual tentava explicar a diferença entre fato (“Tatsache”) e estado de coisas (“Sachverhalt”). A explicação foi a seguinte: “*Sachverhalt* é o que corresponde à proposição elementar quando verdadeira. *Tatsache*, o que corresponde ao produto lógico de proposições elementares quando esse produto é verdadeiro”¹⁴. Lembrando que uma proposição elementar é aquela que não tem nenhuma outra proposição como parte própria, é uma proposição atômica. Assim, estados de coisas são fatos atômicos. Com efeito, na primeira tradução inglesa do *Tractatus*, C. K. Ogden traduziu, com a aprovação de Wittgenstein, “*Sachverhalten*” por “atomic facts”. O próprio *Tractatus* indica isso claramente em alguns aforismos, como, por exemplo, no 2.034 e mais fortemente no 4.2211. Não há, portanto, como negar que o estado de coisas é um tipo de fato, nomeadamente um fato atômico. O fato, no sentido mais geral, é uma espécie de composição de estados de coisas. Com base nisso, podemos afirmar que situações são fatos. É por isso que, como observei anteriormente, o termo “situação” pode ser usado tanto na acepção de “estado de coisas” como de “fato”. Note-se também que um fato não é dado pela simples enumeração das suas partes, ou seja, estados de coisas disjuntos não constituem um fato. Uma consequência disso é que ao enunciar a existência de um fato composto, a existência dos estados de coisas que o compõem é enunciada simultaneamente, da mesma forma, enunciar a existência ou a não existência de *todos* os estados de coisas que compõem um fato é enunciar a existência ou a não existência do fato em questão. Daí ser bastante que Wittgenstein fale de estados de coisas possíveis e estados de coisas inexistentes, uma vez que a possibilidade de existência de um fato composto depende da possibilidade de existência dos estados de coisas que o compõem. Por isso foi dito que o emprego de certos termos no *Tractatus* para qualificar exclusivamente os estados de coisas se deve ao caráter atômico dos estados de coisas, e não a qualquer outro motivo (está claro que quando esses termos qualificam situações, elas próprias são estados de coisas).

Outra consequência do caráter atômico dos estados de coisas é que assim a ocorrência de um estado de coisas independe da ocorrência de outros estados de coisas. Nesse sentido, lemos no *Tractatus*: “Os estados de coisas são independentes uns dos outros. Da existência ou inexistência de um estado de coisas não se pode concluir a existência ou inexistência de um outro”¹⁵. Está claro que aqui Wittgenstein toma “existência” no seu sentido restrito, ou seja, no sentido de possuir uma estrutura positiva. Portanto, não é correto pensar que, no quadro 1, da existência de A pode-se concluir a inexistência de A’, pois isso implicaria assumir que, a partir do fato de A ocorrer com uma estrutura positiva, é possível concluir que A’ ocorre com

¹⁴ WITTGENSTEIN, RUL 19.8.19, apud GLOCK, 1997, p. 159.

¹⁵ TLP 2.061 e 2.062.

uma estrutura negativa. Na verdade, enquanto A ocorre, A' não ocorre, e vice-versa. Dessa forma, desde que se empregue "existir" em sentido restrito, fica claro que não se pode dizer sobre um estado de coisas que não ocorre nem que ele existe nem que não existe.

Também aqui descobrimos outra razão contrária ao possibilismo, especificamente, ao possibilismo misto. Digamos que o mundo atual M é formado pelos estados de coisas A, E, I, O e U' (o apóstrofo indica estrutura negativa). Ora, segundo a tese atualista, não existe nenhum outro estado de coisas além desses. Os simétricos desses estados de coisas não ocorrem, portanto não são estados de coisas. Está claro que a afirmação de Wittgenstein nos supracitados aforismos faz sentido aqui, pois de A não se pode deduzir a existência ou inexistência de nenhum dos outros quatro estados de coisas, e assim com todos os demais. Por outro lado, à luz do possibilismo misto, além dos estados de coisas que compõem M, também os seus simétricos — A', E', I, O' e U — são estados de coisas (seriam os estados de coisas potenciais). Mas o problema é que da existência de A (não importa aqui o sentido que se queira atribuir ao termo "existência") não se pode concluir a inexistência de A', e vice-versa, e o mesmo vale para todos os demais pretensos estados de coisas.

Na verdade, a ocorrência de estados de coisas depende logicamente da ocorrência dos fatos de que são partes, isto é, de fatos compostos, e não da ocorrência de outros estados de coisas. Não se pode afirmar nunca que entre certos estados de coisas há uma conexão necessária. Quando dizemos, por exemplo, "a rua está molhada", supondo que esta sentença descreve um estado de coisas, referimos um estado de coisas logicamente independente daquele que enunciamos quando dizemos "choveu", embora possa haver uma conexão causal entre eles. Essa conclusão é particularmente importante quando contrastada com a opinião que A. J. Ayer tem sobre os estados de coisas. Ele sugere que "estados de coisas consistem de qualidades perceptíveis no modelo das ideias simples de Locke, unidas por uma relação de copresença"¹⁶. Essa relação de copresença determina a entrada de coordenadas espaço-temporais na composição dos estados de coisas. A consequência disso é que, se um estado de coisas A tem as mesmas coordenadas espaço-temporais que um estado de coisas B e se A se diferencia de B apenas por uma qualidade perceptível, digamos uma cor, então se temos A não temos B e vice-versa, pois cores diferentes não podem possuir as mesmas coordenadas espaço-temporais. De qualquer forma, a sugestão de Ayer não pode ser admitida — a introdução de elementos espaço-temporais nos estados de coisas fatalmente faria com que eles deixassem de ser atômicos.

¹⁶ AYER, 1985, p. 23.

Disse anteriormente, citando o aforismo 2.01, que os estados de coisas são ligações entre objetos. Ao dizer isso não expliquei o que são os objetos. De fato, o próprio Wittgenstein não explica. O que ele faz é dar suas características mais gerais. Na verdade, dentro da doutrina do *Tractatus*, parafraseando uma passagem das *Investigações Filosóficas*, objetos são uma exigência e não um resultado¹⁷, por isso Wittgenstein não os define claramente e tampouco dá exemplos deles. Essa exigência se evidencia de várias formas: expressamente, como nos aforismos 2.021 e 2.0211, ou implicitamente, pelo uso reiterado do verbo “dever” quando se fala de objetos¹⁸. Podemos imaginar que Wittgenstein pensava nos objetos mais ou menos como alguém que imagina os dispositivos internos de um relógio, que não sabe exatamente como eles são, mas que sabe que eles estão lá, e que devem ter algumas características muito gerais. O que são exatamente os objetos é algo que Wittgenstein deixou em aberto, e deixou porque não era algo tão essencial para os seus propósitos no *Tractatus*. Com razão, Hans Sluga escreve na introdução do *Cambridge Companion to Wittgenstein*: “Porque ele derivou essas conclusões metafísicas de sua visão da natureza da linguagem, Wittgenstein não considerou essencial descrever o que realmente são esses objetos simples, suas concatenações, e os fatos que consistem deles”¹⁹. Sem dúvida é possível propor explicações para o conceito de objeto, o que não é possível é afirmar que tal explicação seria plenamente avalizada por Wittgenstein. Feitas essas considerações, passemos à apresentação das características mais gerais dos objetos. Essas características devem ser: potencialização²⁰, necessidade e simplicidade.

Não há evidências de que o termo “objeto” designe algo diferente do que é designado pelo termo “coisa”. Objetos são os átomos ontológicos, e ao mesmo tempo lógicos, do mundo. São as propriedades dos objetos que determinam as propriedades dos estados de coisas e as propriedades dos signos que os simbolizam. Deve-se, porém, distinguir entre duas espécies de propriedades dos objetos — há as propriedades que os objetos possuem em si mesmos e há as propriedades que eles manifestam quando estão associados a outros objetos no estado de coisas. As primeiras são chamadas “propriedades internas” e as últimas, “propriedades externas”; estas são contingentes e aquelas necessárias, de sorte que as primeiras determinam as últimas. As propriedades internas são tais que não é possível que os objetos não as possuam²¹. São elas que tornam possível o aparecimento do objeto em estados de coisas, são suas propriedades combinacionais. Isso

¹⁷ Cf. WITTGENSTEIN, 1996, §107.

¹⁸ Cf. TLP 2.012, 2.0121, 2.0123 e 2.0131.

¹⁹ SLUGA & STERN, 1996, p. 10.

²⁰ Uso “potencialização” em vez de “potencialidade” para tentar assinalar que não são os objetos que precisam ser atualizados, ao contrário, são eles que tornam possível o que é atual.

²¹ Cf. TLP 4.123.

significa que os objetos já trazem em si a antecipação dos outros objetos com que eles podem se ligar e do modo como eles podem se ligar, de maneira que é impossível imaginar um modo de ligação entre objetos que não são ontologicamente ligáveis deste modo (concedendo que “quadrado” e “círculo” sejam nomes de objetos, é impossível imaginar um quadrado circular ou um círculo quadrado). Assim, um objeto não se pode ligar da mesma forma com todos os demais objetos; há ligações que não são permitidas pela própria natureza dos objetos. Os objetos determinam portanto o que pode e o que não pode ocorrer. Nesse sentido, pode-se dizer que os objetos constituem-se nos elementos potencializadores do mundo. Em outras palavras, o estado de coisas é, porque pode ser, e pode ser, porque os objetos já contém em si mesmos a possibilidade do estado de coisas, e consequentemente, dos fatos e do mundo.

Da potencialização dos objetos, inferimos seu caráter de necessidade, pois tudo o que ocorre, tanto o que ocorre positivamente como o que ocorre negativamente, ocorre em razão deles, e mesmo que um estado de coisas deixe de ocorrer, os objetos dos quais era formado não são aniquilados, apenas se ligam de outra forma, como vimos no quadro 1. Por essa razão, Wittgenstein chama os objetos de “substância” e “forma fixa do mundo”, pois são necessários e não podem ser destruídos, sendo o substrato comum de todas as configurações do mundo²². No parágrafo 36 das *Philosophical Remarks*, Wittgenstein fala exatamente do caráter necessário dos objetos. Diz-se ali:

O que certa vez chamei de “objetos”, pura e simplesmente, era aquilo a que podia me referir sem precisar temer sua possível inexistência, isto é, aquilo para que não se predica nem a existência nem a inexistência, e isso significa: aquilo do que podemos falar não importa qual possa ser o caso²³.

“Existência” e “não existência” aqui são termos que designam os resultados da composição e da decomposição das ligas de objetos, por isso não se aplicam a objetos. Outrossim, não se pode dizer que um objeto pode ser o caso, porque objetos são necessários, e o que é necessário não é meramente possível. Concluímos assim que objetos são necessários, e o são por tornar possível o contingente, nomeadamente, os estados de coisas.

Finalmente, sobre a simplicidade dos objetos, lemos no aforismo 2.02: “O objeto é simples”, e no 2.021: “os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos”. Desse modo, vê-se que os objetos são ditos simples pelo fato de serem necessários. De fato, o que é composto está sujeito à dissolução, vale dizer, à destruição. Logo, dizer que um objeto é simples é, num sentido negativo, dizer que neles não há nada que possa contradizer sua condição de elementos necessários. Isso é mais do que dizer que os objetos são indecomponíveis, isso significa também que, na sua simplicidade, os objetos determinam a possibilidade

²² Cf. TLP 2.022 e 2.023.

²³ WITTGENSTEIN, 2005, §36.

de tudo o que é contingente, ao passo que eles mesmos não possuem nada de contingente. Mas o que significa positivamente dizer que os objetos são simples? Há vários sentidos em que algo pode ser dito simples. Grande parte da discussão desenvolvida nas *Investigações Filosóficas* acerca dos objetos é exatamente para mostrar que “simples” não tem um sentido unívoco e que é preciso fixar em que sentido algo é dito simples. Ora, mesmo fixando-se um sentido para “simples” (seja ele físico, epistemológico, lógico etc.), há uma séria dificuldade para explicar positivamente a simplicidade do objeto, que é a seguinte: algo absolutamente simples não tem propriedade nenhuma e por isso é indescritível. Segundo Wittgenstein, “a substância do mundo pode determinar apenas uma forma, mas não propriedades materiais; já que estas são [...] primeiramente formadas pela configuração dos objetos”²⁴. As propriedades materiais aparecem primeiramente em complexos, portanto não podem estar presente nos objetos nem podem ser identificadas com eles. Destarte, como nota Ayer, mas não pelos motivos expostos aqui, objetos não podem ser equiparados aos *sense-data* de Russell (cuja existência depende da percepção). Na verdade, objetos não podem tampouco ser identificados com qualidades perceptíveis (cuja existência não depende da percepção), como quer Ayer²⁵, pois mesmo essas são contingentes, ou seja, são determinadas a partir da configuração dos objetos. Efetivamente, a simplicidade dos objetos no *Tractatus* não tem a menor relação com a simplicidade física (como a dos átomos) ou epistêmica (como a dos *sense-data* e das qualidades perceptíveis). Diante disso, fica claro que não há nenhuma chance de entendermos a simplicidade do objeto através de um exame do próprio objeto. Com efeito, parece sem esperança encontrarmos exemplos de objetos, pois como se poderia pensar em algo que não tem determinações sensíveis? Só podemos entender a simplicidade dos objetos indiretamente, pelo modo de nos referirmos a eles. Ora, uma das mais antigas definições de “simples” (ou de “elemento originário”) é “aquilo que não pode ser explicado mas só nomeado”, essa definição é encontrada, por exemplo, no *Teeteto* de Platão, e é uma definição genuína e não uma mera caracterização parcial²⁶. Não seria má ideia adotar essa definição para estabelecermos algo positivo sobre os objetos do *Tractatus*. Afinal, Wittgenstein efetivamente cita o excerto 201e-202b do *Teeteto* no parágrafo 46 das *Investigações*, fazendo em seguida o seguinte comentário: “Esses elementos originários eram também os ‘individuais’ de Russell, e também os meus ‘objetos’”. Dessa forma, fica evidente que a definição platônica de “simples” pode ser usada para elucidar a tese tractatiana da simplicidade dos objetos. O próprio Wittgenstein a usa com esse fito. Podemos então assumir que um objeto é dito simples porque ele é algo que não admite descrição, mas unicamente nomeação. Essa característica do objeto é declarada no *Tractatus* de forma mais explícita no aforismo

²⁴ TLP 2.0231.

²⁵ Cf. AYER, 1985, pp. 22 e 23.

²⁶ Cf. PLATÃO, *Teeteto*, 201e-202b.

3.221, no qual Wittgenstein afirma: “Os objetos, só posso nomeá-los. Sinais substituem-nos. Só posso falar *sobre* eles, não posso *enunciá-los*”. Com essa conclusão, termino o exame das características mais gerais dos objetos. Só resta agora esclarecer qual o lugar deles no mundo.

Segundo Wittgenstein, “o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas”²⁷. Quer dizer que os objetos estão fora do mundo? Não, pois as coisas são exatamente os constituintes dos fatos. Quando Wittgenstein vincula o mundo aos fatos e não às coisas, está abrindo caminho para duas conclusões principais. Em primeiro lugar, está apontando para algo que já havia observado no início deste artigo: o mundo é mutável. Se o mundo não é simplesmente a totalidade das coisas, não é estático. Mas as coisas constituem os fatos e permanecem sempre inalteradas, como pois pode haver mudança? É aí onde a noção de fato se torna imprescindível. Os fatos são as coisas mais a sua configuração, e “configuração” aqui tem o mesmo sentido que “ligação” em parágrafos anteriores. As coisas *são* (necessariamente) e os fatos *estão sendo* (contingentemente). O mundo é mutável porque a configuração dos estados de coisas é mutável. “O objeto é o fixo, o subsistente, a configuração é o variável, o instável”, afirma Wittgenstein no aforismo 2.0271. Por isso não seria correto afirmar que o mundo é a totalidade das coisas. A segunda conclusão importante a que podemos chegar é a de que não há objetos isolados, pois tais objetos não comporiam nenhum fato e o que não está em nenhum fato não está no mundo. “Só posso pensar no objeto na liga do estado de coisas, não posso pensar nele fora da *possibilidade* dessa liga”²⁸. Todas as coisas só subsistem em estados de coisas, mas não têm uma existência limitada a um determinado estado de coisas, ou seja, uma coisa sempre está num estado de coisas, mas não precisaria necessariamente estar ali, ela poderia estar em outro estado de coisas. Uma coisa não poderia estar apenas invariavelmente num certo estado de coisas, pois então tal estado de coisas só poderia ser de um modo, ele seria necessário. Além disso, mesmo que existissem objetos isolados não poderíamos saber disso, pois nada com sentido poderia ser dito sobre eles. De fato, eles não poderiam nem mesmo ser nomeados.

Conclusão

Pode-se argumentar, e com razão, que é notório que Wittgenstein parte da análise da lógica da linguagem para chegar aos conceitos ontológicos que ele apresenta no *Tractatus*. De acordo com essa argumentação, a ontologia *tractatiana* é uma construção, feita de modo a espelhar e assim explicar o

²⁷ TLP 1.1.

²⁸ TLP 2.0121.

funcionamento da linguagem. É razoável pensar assim, pois a sensação do leitor do *Tractatus* é de que a ontologia *tractatiana* foi, em certo sentido, feita sob encomenda. O modo como os conceitos ontológicos do *Tractatus* fornecem matéria para a solução de muitos problemas procedentes da filosofia da linguagem parece justificar essa suspeita.

Mas, a despeito desses argumentos, pode-se replicar que não interessava a Wittgenstein fabricar uma ontologia de conveniência. O que ele queria era desvendar a estrutura mesma do mundo e expô-la, para, com isso, fundamentar sua teoria da linguagem. É possível ver como expressão desse projeto esta passagem dos Diários datada de 22 de Agosto de 1914: “Se alguém pode estabelecer as regras para a sintaxe das funções, então toda a teoria das coisas, das propriedades etc., é supérflua”. Parece claro que o que Wittgenstein quer dizer aqui é que não interessa criar regras arbitrárias para a sintaxe lógica, o que se deve fazer é buscar, numa teoria das coisas, das propriedades etc., a fonte da lógica da linguagem. Pode-se até admitir sem embargo que problemas do âmbito da filosofia da linguagem conduziram Wittgenstein à descoberta dos elementos básicos de sua ontologia, mas isso não significa que esses elementos tenham sido criados para se adequar artificialmente a sua teoria da linguagem. Acredito que, ao forjar seus conceitos ontológicos, Wittgenstein não pensou que os estava inventando, ele pensou que os estava descobrindo. A análise que fiz desses conceitos sugere que eles, por assim dizer, possuem vida própria, constituindo um patrimônio teórico valioso que podemos usar nas mais variadas discussões sobre ontologia.

Entrementes, essa sugestão pode ser desafiada por um problema fundamental que se põe para qualquer um que queira utilizar os conceitos *tractatianos* positivamente. Trata-se do problema do contrassenso interno do *Tractatus*. Esse contrassenso é alardeado de forma surpreendente pelo próprio Wittgenstein no final do livro, mais especificamente no aforismo 6.54, onde declara: “Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas”. Esse desfecho dramático, único na história da filosofia, parece ser a conclusão necessária da própria teoria da linguagem *tractatiana*. O problema que ele coloca à minha sugestão é patente: se é verdade que as proposições do *Tractatus* são contrassensos, como podemos tirar proveito do acervo conceitual *tractatiano*? Como podemos querer achar um valor em um artefato que o próprio artifice mandou que jogássemos fora? Em particular, como podemos salvar a ontologia *tractatiana* dessa implosão conceitual que testemunhamos na parte final do *Tractatus*? Uma resposta a essa pergunta depende de entendermos alguns pontos básicos da teoria da linguagem *tractatiana*. Para chegarmos a esse entendimento, é conveniente começar pela consideração de um exemplo.

Se um cientista fala sobre o aquecimento global, o que ele diz pode ser verdadeiro ou falso, afinal ele está falando sobre fatos relativos ao clima.

Se os fatos que ele afirma realmente ocorrem ou os fatos que ele nega realmente não ocorrem, o que ele diz é verdadeiro; em contrapartida, se suas declarações não correspondem à realidade, o que ele diz é falso. Agora, se alguém tenta explicar *como é possível falar* sobre o aquecimento global, essa pessoa já não está falando sobre fatos climáticos. Sobre que tipos de fatos ela fala então? Sobre fatos lógicos? Sobre as possibilidades representacionais da linguagem? O Wittgenstein do *Tractatus* diria que ela simplesmente não fala sobre fatos, já que o mundo é a totalidade dos fatos e o mundo não comporta o tipo de coisa que ela pretende descrever²⁹. A consequência disso é que os enunciados dessa pessoa não serão nem verdadeiros nem falsos, e, nesse sentido, eles serão contrassensos (“Unsinn”). O que esse exemplo põe em relevo é que há um limite claro para o que pode ser dito com sentido. Esse limite é imposto pelo mundo. Quando uma proposição não pode ser confrontada com os fatos do mundo, ou porque seja sintaticamente deficiente, ou porque seus termos não tenham uma referência clara no mundo, essa proposição é um contrassenso. Com base nessas considerações, é possível entender porque as proposições do *Tractatus* são consideradas contrassensuais. Wittgenstein faz essa apreciação de suas afirmações porque elas não descrevem fatos, elas procuram em vez disso explicar como é possível que descrevamos os fatos (haveria muito que se dizer sobre como se dá essa explicação, mas isso foge ao escopo deste artigo).

Ramsey disse certa vez que, embora Wittgenstein dissesse que a filosofia é um absurdo, ele a considerava um “absurdo importante”³⁰. Minha avaliação do problema do contrassenso interno do *Tractatus* é semelhante. Embora as proposições tractatianas não descrevam fatos, e por isso não seja possível usar um critério correspondencial para determinar se elas são verdadeiras ou falsas, ainda assim elas são importantes, e são importantes porque são úteis. Se prestarmos atenção, Wittgenstein reconhece isso pelo menos em parte no aforismo 6.54. Com efeito, ele reconhece que são suas proposições que nos permitem alcançar um posto privilegiado, um patamar de onde se pode “ver o mundo corretamente”. Acontece que essa utilidade das proposições tractatianas, no entender de Wittgenstein, é transitória. Ela se acaba no momento em que alcançamos a compreensão da lógica da linguagem; nesse momento, podemos lançar fora a escada pela qual ascendemos. Acontece que, quando expressou essa opinião, Wittgenstein estava convencido de que já tinha subido o mais alto possível, e, por isso, como não seria o caso de descer, a escada se tornara inútil. Entretanto, alguns anos mais tarde, ele mesmo viria a reconhecer que o *Tractatus* não resolveu todos os problemas da filosofia. E hoje, acredito que todos

²⁹ Uma das ideias mais intrigantes do *Tractatus* é a de que realmente existe algo além dos fatos do mundo, no entanto, isso já não está na esfera do dizível, é algo que simplesmente *se mostra*. Uma dessas coisas que se mostram é a *forma lógica*, o elemento que permite a Wittgenstein explicar as possibilidades representacionais da linguagem (cf. TLP 2.18 e 4.12).

³⁰ Cf. AYER, 1985, p. 30.

os filósofos têm certeza de que ele não resolveu. A filosofia continua tão cheia de problemas como sempre esteve. Ora, em minha opinião, isso significa que ainda continuamos precisando de escadas conceituais para galgar patamares mais elevados de compreensão. E, nesse sentido, creio que a escada que Wittgenstein nos ofereceu no *Tractatus*, pelo menos em parte, ainda tem serventia. Em particular, os conceitos ontológicos do *Tractatus* me parecem perfeitamente utilizáveis em nossos dias. O fato de Wittgenstein os ter tachado de contrassensos não os inutiliza, até porque isso quer dizer apenas que as definições e caracterizações desses conceitos não são descrições de fatos. Creio que hoje ninguém esperaria que fossem. Tudo que importa é que essas definições e caracterizações sejam úteis ao debate metafísico atual. Se elas forem úteis, mesmo que alguém as considere absurdas, serão importantes.

Referências

- AYER, A. J. *Ludwig Wittgenstein*. [s.l.]. Penguin Books, 1985.
- GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- SLUGA, H. & STERN, D. G. (eds). *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- PLATO. *The Theaetetus of Plato*. Trad. M. J. Levett. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1990.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. J. A. Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. L. H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. M. G. Montagnoli, 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. *Carnets 1914-1916*. Trad. G.-G. Granger. Gallimard, 1997.
- WITTGENSTEIN, L. *Observações Filosóficas*. Trad. A. Sobral & M. S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Endereço do Autor:

Rua 37, n.16L, José Walter
60750-510 Fortaleza — CE
cicero@lia.ufc.br